

Formulário das Questões (prova escrita assíncrona) - Direito dos Desastres

A presente avaliação escrita e assíncrona corresponderá à 50% da nota final da disciplina. As respostas serão avaliadas conforme sua i) profundidade analítica, ii) melhor uso dos textos e materiais disponibilizados em aula e iii) criatividade e raciocínio estratégico. O envio das respostas deverá ser feito por esta ferramenta de formulário (Google Forms).

INSTRUÇÕES:

1. Escolha APENAS 3 QUESTÕES das 5 abaixo;
2. Prazo de entrega: 18/02/2022 às 23h59.

***Obrigatório**

1. E-mail *

2. Nome *

3. DRE *

4. 1. Direito Internacional dos Desastres

O movimento de evolução no tratamento da gestão de riscos de desastres pelo Direito Internacional possui, segundo Délton Winter de Carvalho (2020) três importantes marcos, são eles: Quadro de ação (2005-2015); Esboço de Artigos para a Proteção de Pessoas em Eventos de Desastres da Comissão de Direito Internacional (2016); Quadro de Ação de Sendai para Redução do Risco de Desastres (2015-2030). Quais as ênfases que foram dadas em cada um desses marcos ao tratamento da prevenção de riscos de desastres? Referência: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/52677>

5. 2. Direito Brasileiro dos Desastres

O mês de janeiro de 2022 trouxe lembranças de tragédias dolorosas na memória nacional, como os 3 anos do rompimento da barragem de Brumadinho e os 8 anos do incêndio na Boate Kiss, e nos chocou com novas tragédias, como as chuvas na Bahia e em Minas Gerais que já somam 31 mortes e centenas de milhares de afetados e o desabamento de um cânion na cidade de Capitólio, em Minas Gerais, com 10 mortos e dezenas de feridos. Se em relação às chuvas já há uma previsibilidade inegável decorrente do fato que esse período do ano é constantemente alvo desse tipo específico de desastres e que, por isso, haveria a responsabilidade de gestores públicos na prevenção de impactos mais gravosos (ex. política de ocupação territorial, dentre outras medidas), neste último caso, em entrevista à CNN, o prefeito de Capitólio/MG afirmou não ver culpados na tragédia - já que o risco era desconhecido e o evento inesperado, seguido também pelo governador de Minas Gerais que falou que não havia qualquer previsibilidade. Você concorda com a posição dos gestores? Como é tratada a prevenção a desastres na legislação brasileira atual? Você concorda com geólogos entrevistados que afirmaram que a tragédia poderia ter sido evitada se houvesse legislação federal exigindo análise geológica de perigo em região de cânions, o que não acontece hoje no país? Uma análise geológica se enquadraria como medida estrutural ou não-estrutural de gestão dos riscos de desastres? Discorra trazendo os pontos acima. Referência: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/01/10/Quais-medidas-minimizam-riscos-como-os-da-trag%C3%A9dia-de-Capit%C3%B3lio?posicao-centro=1&utm_medium=Email&utm_campaign=NLDurmaComEssa&utm_source=nexoassinantes

6. 3. Conceitos em Direito dos Desastres

Apesar da maioria dos brasileiros (62%) acreditar que os desastres naturais serão cada vez mais frequentes nos próximos anos, poucas pessoas sabem que a destruição do planeta nem sempre acontece de forma democrática, já que a carga de riscos, danos e impactos recai, sobretudo, em grupos mais vulneráveis. Qual o nome que a literatura especializada atribui a esse fenômeno? Exemplifique um caso brasileiro de sua ocorrência. Referência: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/62-dos-brasileiros-acreditam-que-desastres-naturais-serao-mais-frequentes-em-2022/>

Litigância Climática

As questões 4 e 5 referem-se ao documento “Guia de Litigância Climática” da Conectas (2019). Segundo o documento, cada vez mais organizações da sociedade civil têm se utilizado dos litígios climáticos como possibilidade estratégica na luta contra a mudança no clima e na defesa dos direitos humanos, e os dados indicam a existência de pelo menos 1.200 litígios climáticos ao redor do mundo, em 2019. Alguns deles são precedentes importantes para a inserção dessa estratégia no repertório brasileiro, já que ainda não existem experiências diretas de litígio climático no Brasil. Referência: <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2019/11/guia-litigancia-climatica-1.pdf>

7. 4. Litigância Climática na Teoria

Diante das cinco tendências da litigância climática mundial prevista no documento da Conectas (p. 21) e das questões acolhidas por litígios climáticos (p. 22), quais delas você acredita que se enquadraria melhor no contexto brasileiro - especialmente quanto ao nosso desenho do sistema de justiça, tipo de exploração econômica e política ambiental? Você acha que o Brasil é um país promissor para o desenvolvimento de litígios climáticos? Por que?

8. 5. Litigância Climática na Prática

Você é Defensor Público e um agricultor te procura pois, em razão dos desmatamentos e das queimadas no país pela omissão do Estado em garantir o cumprimento da legislação ambiental, ele tem percebido uma mudança drástica no regime das chuvas, prejudicando suas plantações e causando prejuízos concretos. O agricultor já organizou todos os dados nos últimos 50 anos e, junto a um estatístico, conseguiu correlações importantes entre os prejuízos havidos e a omissão do governo nas políticas ambientais. Como Defensor, é possível ajuizamento de ação para reparação de danos sofridos em razão das mudanças climáticas? A partir dessa primeira análise estratégica, qual tipo processual de ação judicial seria melhor adequado para os objetivos e impactos pretendidos com o litígio climático em questão e por quê? Qual o principal desafio que você enxerga nessa ação? Há algum precedente internacional importante para essa ação?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários